

CORREIO ECONÔMICO



"Populismo" implícito do pacote desagradou mercado

Corte bilionário de despesas desperta mais desconfiança

Desconfianças do mercado à parte, quanto à eficácia de cumprir o 'prometido' equilíbrio fiscal, o pacote de 'contenção de gastos', anunciado pelo governo federal, nessa quarta-feira (28), projeta um 'impacto econômico' de R\$ 71,9 bilhões, entre 2025 e 2026, alcançando R\$ 327 bilhões, de 2025 a 2030.

A previsão otimista foi divulgada, nessa quinta-

feira (28), pelo Ministério da Fazenda. Conforme a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) – sujeita ao 'crivo' do Congresso – será alterado o salário mínimo, restrições ao Bolsa Família e no benefício Aldir Blanc, no Benefício de Prestação Continuada (BPC), biometria obrigatória a novos benefícios e atualizações cadastrais e correção de distorções e benefícios de militares.

Mudanças

A PEC também contém mudanças no abono salarial, no Fundeb; prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), autorização para ajuste orçamentário em subsídios e subvenções e variação de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) ao IPCA.

Concursos

No 'faseamento' de provimentos e concursos em 2025, o impacto anual estimado é de R\$ 1 bilhão, entre 2025 e 2030. Já as mudanças nas regras de emendas parlamentares implicarão economia de R\$ 6,7 bilhões em 2025; de R\$ 7,7 bilhões em 2026 e de R\$ 7,3 bilhões em 2027.



Reprodução Media Sankhya

Piora de expectativas 'sancionou' novo recuo do índice

Índice da Confiança de Serviços apura a sexta queda do ano

Ao apurar a sexta queda do ano, o Índice de Confiança de Serviços (ICS) recuou 0,3 ponto em novembro, para 94,9 pontos, refletindo a 'piora' das expectativas do setor para os próximos meses, divulgou, nessa quinta-feira (28), a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na avaliação do economista do Ibre (Instituto

Brasileiro de Economia) da FGV, Stéfano Pacini, "o resultado de novembro da confiança de serviços é consequência, tanto da piora das expectativas futuras entre os segmentos do setor, como também da melhora da percepção sobre a situação atual, o que vem a sinalizar uma demanda relativamente aquecida".

IE-S

Além da baixa de 2,1 pontos, para 92,2 pontos, do Índice de Expectativas (IE-S) – que reflete as perspectivas para os próximos meses – o componente de tendência dos negócios nos próximos seis meses foi a maior contribuição negativa, com recuo de 2,8 pontos, a 92,6 pontos.

ISA-S

A melhoria do Índice de Situação Atual (ISA-S) – indicador de percepção sobre o momento presente do setor de serviços – reduziu a queda na confiança no geral, com avanço de 1,5 ponto, para 97,7 pontos, o maior nível desde dezembro de 2023 (99,1 pontos).

Perda de 'tração'

Ao perder 'tração', de outubro a novembro, o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), mais conhecido como inflação do aluguel subiu 1,3% este mês – em contraste com o avanço de 1,52% em outubro – o que corresponde a um avanço acumulado de 6,33% em 12 meses.

Commodities

Para o economista do Ibre Matheus Dias, "a alta do IGP-M foi influenciada por commodities agropecuárias". No IPC, a maior influência veio da carne bovina, com alta de 6,1%. O IGP-M, referencial para contratos imobiliários, coletou preços de 21 de outubro a 20 de novembro.

Preços industriais sobem pela 9ª vez seguida em outubro

IPP avança 0,94% em outubro, acumulando alta de 5,89% em 12 meses

Rodrigo Felix Leal - AEN-PR

Por Marcello Sigwalt

Beneficiados pela disparada do dólar, patrocinada pelo desajuste crônico das contas públicas, o Índice de Preços ao Produtor (IPP) apresentou a nona alta seguida do ano, com avanço de 0,94% em outubro, ante o mês anterior. Com esse resultado, o indicador acumula elevação de 5,89% em 12 meses e de 6,46% no ano. Já em outubro do ano passado, a variação foi de 1,07%, informou, nessa quinta-feira (28), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No detalhamento do IPP, no mês de outubro, 15 das 24 atividades industriais pesquisadas avançaram em relação a setembro, desempenho aquém do de setembro, com variação positiva em 17 atividades, ante agosto.

Para o analista do IPP, Murilo Alvim, "o resultado do IPP em outubro, com a nona alta consecutiva, representa uma aceleração do índice positivo de setembro (0,62%). O cenário é bastante diferente do observa-



Avanço consistente dos preços industriais reflete a disparada do dólar

do em 2023, quando nos dez primeiros meses o IPP acumulava uma queda de 4,47%. A alta do dólar teve importante papel no IPP em outubro, ajudando a explicar o comportamento de vários setores. O aumento de preço da moeda americana, que em outubro foi de 1,5% e no ano já chega a 14,8%, impacta direta e indiretamente os preços na indústria".

Para a performance do IPP em outubro, os maiores 'pesos' couberam às atividades industriais: alimentos (0,46 p.p.), indústrias extrativas (0,34 p.p.), metalurgia (0,14 p.p.) e veículos automotores (0,06 p.p.). Já em variação percentual, as principais foram indústrias extrativas (7,84%), impressão (2,56%), madeira (2,42%) e metalurgia (2,24%).

Um dos destaques foi o setor de alimentos (1,81%), com alta pelo sétimo mês seguido, mas inferior à de setembro (3,60%), acumulando variação de 9,39%, em contraste com a de igual mês de 2023, que exibiu deflação de 3,89%. Já a variação acumulada em 12 meses, de 10,64% em outubro de 2024, abaixo de setembro (10,82%).

Saldo de crédito atinge 155,8% do PIB

Como reflexo da depreciação cambial de 6,05% no período e de 1,3%, em títulos públicos de dívida, o saldo do crédito ampliado do setor não-financeiro totalizou R\$ 17,9 trilhões (155,8% do PIB), em outubro, o que representa alta de 1,5%, no comparativo mensal, 'puxada' pela elevação de 4,6% nos empréstimos externos.

Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 14,3%, medianamente crescimentos de 13,4% nos

saldos dos títulos públicos de dívida, 10,4% nos empréstimos do SFN e 17,8% nos componentes de dívida externa.

Já o crédito ampliado a empresas atingiu R\$ 6,3 trilhões (55,0% do PIB), subindo 1,6% no mês, devido à expansão de 4,5% nos empréstimos externos, como mencionado, influenciado pela depreciação cambial.

No comparativo anual, a expansão de 15,2% refletiu as

elevações de 25,5% em títulos de dívida e de 14,7% nos empréstimos externos. O crédito ampliado às famílias, por sua vez, chegou a R\$ 4,2 trilhões (36,2% do PIB), crescimentos de 0,9% no mês e de 12,1% em 12 meses, refletindo, basicamente, o comportamento dos empréstimos do SFN.

Com crescimento de 0,7% no mês, o saldo das operações de crédito do SFN alcançou R\$ 6,3 trilhões em outubro, devido

ao aumento de 0,3% no crédito às pessoas jurídicas e de 1,0% no às pessoas físicas, totalizando R\$ 2,4 trilhões e R\$ 3,9 trilhões, respectivamente.

No comparativo anual, o saldo do crédito do SFN apresentou aceleração, de 10,8% ante 10,6%. Enquanto o crédito às empresas acelerou 8,9% ante 8,1%, o das famílias mostrou desaceleração, com alta de 12,0%, ante 12,2%, registrado em setembro.

Risco fiscal 'patrocina' o dólar a R\$ 6

Valter Campanato - Agência Brasil

O dólar à vista emendou o segundo pregão consecutivo de alta firme no mercado doméstico nesta quinta-feira, 28, tocou o nível psicológico de R\$ 6,00 nas máximas da sessão e voltou a fechar no pico nominal da história do real.

A depreciação da moeda brasileira reflete o aumento da percepção de risco fiscal. Além das medidas de contenção de gastos serem consideradas insuficientes para colocar as contas públicas nos trilhos, causou desconforto a proposta de isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, que significa renúncia de receita.

"Em vez de diminuir as dúvidas, esse pacote aumentou a incerteza, o que puxou o câmbio ainda mais para cima", afirma o economista-chefe da Western Asset, Adauto Lima. "Ficou ainda mais clara a dificuldade do governo em bancar



Moeda ianque agradece ineficiência da gestão fiscal petista

medidas mais duras do lado das despesas."

A corrida mais forte ao dólar começou ontem à tarde com a informação de que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, faria pronunciamento em rede nacional à noite. Em sua fala, Haddad enalteceu o governo

Lula e fez uma apresentação genérica do pacote fiscal.

Programada para trazer detalhamento do impacto fiscal esperado por cada uma das medidas, a entrevista não foi capaz de reduzir o estresse no mercado cambial. Além do ceticismo com as estimativas do governo,

a percepção é de que as informações a isenção do IR foram incompletas.

Com alta firme desde a abertura dos negócios, o dólar à vista rompeu o nível psicológico de R\$ 6,00 ainda na primeira etapa de negócios, alcançando R\$ 6,0036 na máxima. Após certo arrefecimento ao longo da tarde, a moeda fechou em alta de 1,29%, cotada a R\$ 5,9895 – o que leva a valorização na semana para 3,01%.

A liquidez foi forte para um dia marcado pela ausência da referênciada dos mercados americanos, em razão do feriado do Dia de Ação de Graças nos Estados Unidos.

"O real teve um movimento muito forte de depreciação, totalmente descolado dos pares. Algumas das medidas anunciadas não vão ter o impacto estimado pelo governo", afirma o economista-chefe da corretora Monte Bravo, Luciano Costa.

Pacote dá 'indigestão' na bolsa: -2,4%

Com o dólar em nova marca inédita, a R\$ 6 durante a sessão, o Ibovespa se curvou à aversão a risco posterior ao pacote fiscal que, além do câmbio, colocou pressão extra na curva de juros doméstica, conduzindo o índice da B3 ao menor nível de fechamento desde 28 de junho, então aos 123,9 mil.

Mesmo parte das ações com correlação positiva ao dólar, como Vale (ON -1,03%) e Petrobras (ON -1,67%, PN

-1,03%), foram incapazes de segurar a Bolsa nesta quinta-feira de feriado de Ação de Graças nos EUA, sem negócios em Nova York.

Ao fim, o índice mostrava queda de 2,40%, aos 124.610,41 pontos, entre mínima de 124.389,63 (-2,57%) e máxima de 127.667,73, quase idêntica à abertura (127.667,40). O giro foi a R\$ 27,7 bilhões, muito consistente para um dia sem a refe-

rência de Wall Street.

O detalhamento das iniciativas do governo para entregar uma "economia" de R\$ 70 bilhões em recursos públicos nos próximos dois anos foi incapaz de melhorar o humor dos investidores.

Para Felipe Miranda, CEO e co-fundador da Empiricus, a economia pretendida pelo governo na prática tende a ser menor, algo entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões.

O plano do governo "carrega fragilidades que comprometem sua eficácia a longo prazo", diz Guilherme Jung, economista da Alta Vista Investimentos. "A profundidade das medidas e suas compensações deixam sérias dúvidas sobre a viabilidade fiscal e a sustentabilidade econômica do País", acrescenta o economista, para quem, os cortes estão "muito aquém do necessário para estabilizar a crescente relação dívida/PIB".